



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 86/2010-CN

MENSAGEM
N.º 00169, de 2010 – CN
(Nº 00647/2010, na origem)

Ementa: “Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011”.

EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO

EMENDA - 00001

PL 086/2010-CN

Mensagem 0169/2010-CN

Alteração das LDO/2010 e LDO/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 086/2010 - CN

PÁGINA

1 DE 1

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------	-------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Inclua-se o art. 4º, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 4º Inclua-se o Art. 58-A na Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 58-A. O empenho de despesas de programação aberta por crédito extraordinário somente ocorrerá após a autorização do Congresso Nacional, pela Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º da Constituição Federal, no prazo estabelecido pelo art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN."

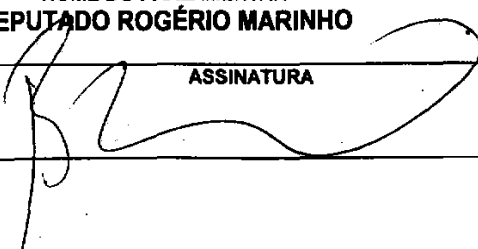
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca resguardar as prerrogativas do Congresso Nacional no tocante à fiscalização dos atos do Poder Executivo, em especial aqueles de natureza orçamentária e financeira.

A edição de Medida Provisória para abertura de crédito extraordinário é prevista por nossa Carta Magna em situações de extrema exceção, como as decorrentes de guerra, calamidade pública e comoção interna. Entendemos que a Constituição Federal não deixa aberto o rol de despesas que podem ser atendidas com créditos extraordinários, uma vez que exige que a despesa tenha o caráter de imprevisibilidade, ou seja, situação da qual o planejamento não tem condições de alcançar por determinação de agentes não controlados.

Recorrentemente, o Poder Executivo tem se utilizado do expediente de abertura de Medidas Provisórias para atender despesas que não se alinham com a previsão constitucional, fixando-se apenas nos aspectos de relevância e urgência que levaram ao Executivo a editar a MP no sentido de promover ajustes no planejamento do Estado.

Uma vez aberto o crédito extraordinário o Poder Executivo pode promover a execução da programação, mesmo que não atenda aos pressupostos constitucionais exigidos e o Congresso Nacional rejeite a MP, pois seus efeitos são de difícil reversão.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO	UF RN	PART. PSDB
DATA 11	ASSINATURA 		

EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO

EMENDA - 00002

PL 086/2010-CN

Mensagem 0169/2010-CN

Alteração das LDO/2010 e LDO/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 086/2010 - CN

PÁGINA

1 DE 1

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------	-------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Inclua-se o art. 4º, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 4º Inclua-se o Art. 58-A na Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 58-A. O empenho de despesas de programação aberta por crédito extraordinário somente ocorrerá após a autorização do Congresso Nacional, pela Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º da Constituição Federal, no prazo estabelecido pelo art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca resguardar as prerrogativas do Congresso Nacional no tocante à fiscalização dos atos do Poder Executivo, em especial aqueles de natureza orçamentária e financeira.

A edição de Medida Provisória para abertura de crédito extraordinário é prevista por nossa Carta Magna em situações de extrema exceção, como as decorrentes de guerra, calamidade pública e comoção interna. Entendemos que a Constituição Federal não deixa aberto o rol de despesas que podem ser atendidas com créditos extraordinários, uma vez que exige que a despesa tenha o caráter de imprevisibilidade, ou seja, situação da qual o planejamento não tem condições de alcançar por determinação de agentes não controlados.

Recorrentemente, o Poder Executivo tem se utilizado do expediente de abertura de Medidas Provisórias para atender despesas que não se alinham com a previsão constitucional, fixando-se apenas nos aspectos de relevância e urgência que levaram ao Executivo a editar a MP no sentido de promover ajustes no planejamento do Estado.

Uma vez aberto o crédito extraordinário o Poder Executivo pode promover a execução da programação, mesmo que não atenda aos pressupostos constitucionais exigidos e o Congresso Nacional rejeite a MP, pois seus efeitos são de difícil reversão.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO	UF RN	PART. PSDB
DATA 11	ASSINATURA		

EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO

EMENDA - 00003

PL 086/2010-CN

Mensagem 0169/2010-CN

Alteração das LDO/2010 e LDO/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 86 / 2010 - CN

1 DE 1

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------	-------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO


Suprima-se integralmente o art. 1º do Projeto de Lei nº 86/2010 – CN.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa manter o texto atual do artigo 2º da LDO 2010. Com efeito, objetiva-se evitar que se reduza de 0,2% para 0,0% a meta de superávit primário referente ao Programa de Dispendios Globais (estatais federais). Ao mesmo tempo, a emenda visa impedir que as empresas do Grupo Telebrás deixem de ser consideradas meta de resultado primário.

Nesse contexto, a emenda busca evitar o contínuo "afrouxamento" das metas de superávit primário observado nos últimos anos. Vale ressaltar que a meta de superávit primário para o setor público foi reduzida no PLOA 2010 de 3,8% do PIB para 3,3%. Para 2011, a meta (agora em valores nominais e não mais em percentual do PIB, inovação trazida pela LDO 2011) fica no patamar de 3,22% do PIB, dos quais 2,10% do PIB são gerados pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e 0,20%, pelas empresas estatais federais.

Essa redução de metas vem concorrendo diretamente para a elevação da dívida bruta, que subiu de 58,7% do PIB em 2008 para 62,8% do PIB em 2009. A ampliação da dívida permite prever em um horizonte próximo o descontrole acentuado das finanças públicas, o aumento do risco Brasil, e possível queda de grau de investimento do País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PART.
	Deputado Luiz Carreira	BA	DEM
DATA	ASSINATURA		
1 / 1			

EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO

EMENDA - 00004

PL 086/2010-CN

Mensagem 0169/2010-CN

Alteração das LDO/2010 e LDO/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 86 / 2010 - CN

PÁGINA

1 DE 1

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO 3º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------	-------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO


Suprima-se integralmente o art. 3º do Projeto de Lei nº 86/2010 – CN.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa manter o texto atual do artigo 2º da LDO 2011. Com efeito, objetiva-se evitar que se reduza de R\$ 7,6 bilhões para R\$ 0,00 a meta de superávit primário referente ao Programa de Dispendios Globais (estatais federais). Ao mesmo tempo, a emenda visa impedir que as empresas do Grupo Telebrás deixem de ser consideradas meta de resultado primário.

Nesse contexto, a emenda busca evitar o contínuo "afrouxamento" das metas de superávit primário observado nos últimos anos. Vale ressaltar que a meta de superávit primário para o setor público foi reduzida no PLOA 2010 de 3,8% do PIB para 3,3%. Para 2011, a meta (agora em valores nominais e não mais em percentual do PIB, inovação trazida pela LDO 2011) fica no patamar de 3,22% do PIB, dos quais 2,10% do PIB são gerados pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e 0,20%, pelas empresas estatais federais.

Essa redução de metas vem concorrendo diretamente para a elevação da dívida bruta, que subiu de 58,7% do PIB em 2008 para 62,8% do PIB em 2009. A ampliação da dívida permite prever em um horizonte próximo o descontrole acentuado das finanças públicas, o aumento do risco Brasil, e possível queda de grau de investimento do País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PART.
	Deputado Luiz Carreira	BA	DEM
DATA	ASSINATURA		
1 / 1			

Publicado no DSF, de 04/12/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:15732/2010